

Correio Sindical Mercosul

Servico de Notícias -n.54

13 de novembro de 2000



Ilustração do chargista brasileiro Glauco – Sec. Opinião - Folha de SP, 12/11/2000

Fórum Social Mundial

Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

é só clicar ➔ **Índice**

Movimento Sindical e Trabalho

Mercosul

Empresas e Setores

ALCA

Relações Externas

Notas e Correspondências

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Ma. Silvia Portella de Castro- coord.

Daniel Campos - Argentina

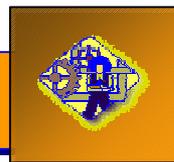
Antonio Carlos P. Castro - Brasil

Antonio Pecci- Paraguay

Patricia Bouzas - Uruguay

✉ cesint@uol.com.br

📄 <http://www.sindicatomercosul.com.br/>



II ENCONTRO SINDICAL DO MERCOSUL/ II CUMBRE SINDICAL DE MERCOSUR

Depois da reunião da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul , realizada em Florianópolis (23 e 24 de outubro) vai tomando contorno final o segundo Encontro Sindical do Mercosul, que ocorrerá nessa cidade nos próximos 13 e 14 de dezembro, concomitantemente à reunião do CMC e dos Presidentes da república do Mercosul.

O encontro - que dá continuidade à I Cumbre Sindical del Mercosur realizada em Montevideu, em dezembro de 1999, e que, na oportunidade, reuniu quase 400 sindicalistas de mais de 15 diferente setores - promete ser ainda maior e com uma agenda mais diversificada. As Centrais Sindicais estão convocando suas organizações filiadas para as reuniões dos seguintes setores: Aeronáuticos; Água e Saneamento; Alimentação (Bebida, Carne, Lácteos e Tabaco); Bancários; Borracha e pneus; Construção; Correio; Educação; Energia; Comércio, Hotelaria; Turismo; Gráficos; Judiciais; Metalúrgicos; Mineiros; Papel; Petróleo; Imprensa; Portuários; Químicos e petroquímicos; Rurais; Saúde; Telecomunicações; Têxtil, confecções, couro e calçados , Transporte Aéreo e Transporte Terrestre.

A maioria dos setores se reunirá no dia 13 (alguns como os metalúrgicos vão iniciar dia 12) e no dia 14 se realizará a plenária . A maioria das atividades estão sendo apoiadas pelo centro Solidariedade da AFL-CIO e alguns Secretariados Profissionais.

Mas além disso, neste ano ocorrerão outras reuniões visando cobrir todas as áreas de atuação da CCSCS . Para o dia 13 estão previstos os seguintes encontros: Comissão de Mulheres da CCSCS (que vai contar com o apoio da CLC do Canadá); Comissão da CCSCS pela Erradicação do Trabalho Infantil; GT dos representantes da CCSCS no SGT 10 em matéria de Saúde no trabalho

Nos dias 12 e 13 de dezembro, haverá também uma reunião de advogados e assessores jurídicos das centrais sindicais, que vão debater o funcionamento da Comissão Sóciolaboral.

De acordo com a decisão da CCSCS as entidades sindicais deverão contatar suas respectivas centrais sindicais para coordenar sua participação nas reuniões e no encontro.

Mas além dos eventos organizados pela CCSCS, a semana de **10 a 15 de dezembro em Florianópolis vai ser agitadaíssima.**

[Veja a agenda](#)

09	Plenária da CCSCS
10/11	Plenária do Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul - FCES
12	Reunião do FCES com o grupo Mercado comum- GMC
11/12	Seminário Cumbre Social + 5 y el papel de los sindicatos (Proyecto Mercosur FES-SPIES-ORIT-CCSCS)
13	Reuniões setoriais e das Comissões Temáticas
14	II Encontro Sindical do Mercosul
14/15	Comissão Sociolaboral (reunião tripartite)
14/15	Reunião do CMC e Presidentes



CTA convoca paralisação dia 13 pela morte de motorista em Salta

Um protesto popular contra a falta de desemprego na Argentina explodiu na sexta-feira com a morte do motorista desempregado Anibal Veron, 37, pai de cinco filhos.

Cerca de 150 manifestantes bloqueavam havia dez dias uma estrada da Província de Salta (norte da Argentina). Na madrugada de sexta-feira, a polícia decidiu intervir para liberar a estrada, e houve confronto. O conflito terminou com a morte do motorista, que foi atingido por uma bala no rosto e, segundo os médicos, já chegou morto ao hospital.

De acordo com a versão oficial, os policiais foram recebidos com pedradas. O secretário de Segurança da Província de Salta, Daniel Nayar, negou que a morte tenha sido causada pela polícia.

Os participantes do protesto, certos de que o tiro partiu de um policial, seguiram para o centro da cidade de General Mosconi, onde incendiaram prédios, invadiram delegacias e policiais foram feitos como reféns.

Eles sequestraram cinco policiais e queimaram carros e móveis. Em seguida, saíram pelas ruas e incendiaram um ônibus, três carros e uma moto. Levando os policiais como reféns, foram para a cidade vizinha de Tartagal para tentar libertar companheiros detidos na 36ª delegacia.

A CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) irá realizar na segunda-feira uma paralisação nacional de 24 horas para protestar contra a atitude da polícia. (*Folha de SP, 12/11/2000*)

Governo argentino quer reduzir déficit fiscal privatizando de vez a "jubilation"

Em no máximo dez anos, o governo da Argentina quer zerar seu déficit com gastos de previdência com a privatização do sistema, anunciada anteontem pelo presidente Fernando de la Rúa.

Pela proposta, que depende de aprovação do Congresso, a partir de 2001 todo argentino que ingressar no mercado de trabalho contará com o sistema previdenciário privado, o chamado sistema de capitalização, como o do Chile. Desde 94, o argentino pode optar por contribuir para o sistema público ou para o privado.

O governo paga aposentadoria e pensões a cerca de 4 milhões de pessoas, numa população economicamente ativa de 16 milhões. Mas desde a reforma o número de contribuintes para a previdência estatal está despencando.

Segundo a Câmara das Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões (CAFJR), ingressam no sistema privado 70 mil pessoas por mês. No público, 5.000. Isso gera a cada ano um rombo de US\$ 20 bilhões na previdência. Em seis anos, o sistema privado soma 8,2 milhões de filiados, dos quais 46% são contribuintes efetivos (com recolhimentos mensais). No estatal, são 2,2 milhões de inscritos e só 36% contribuem.

O setor privado não sente a inadimplência e deverá manter fôlego por muito tempo: não chegam a 80 mil as pensões ou aposentadorias sob sua responsabilidade.

Ao bloquear novos ingressos na previdência, o governo prepara terreno para a chamada curva de inflexão. No primeiro momento sofrerá por não ter mais aportes, mantendo as obrigações. Tratou de compensá-las, em parte, acabando com a PBU, contribuição básica do governo para complementação de aposentadorias -que era de US\$ 200. O grande impacto dessas mudanças é calculado para 2010.

O governo também aumentou a idade mínima para a aposentadoria das mulheres de 60 para 65 anos, de forma progressiva, a partir de 2002.

A proposta que deve incomodar os sindicatos é a desregulamentação do sistema de saúde. Hoje o trabalhador paga uma mensalidade para o serviço oferecido pelo sindicato, além de ter saúde pública do governo. Com a desregulamentação, poderá escolher o plano, independentemente do sindicato ao qual está vinculado.

Da parte dos empresários houve insatisfação por não ter havido a redução da alíquota do Imposto sobre Valor Agregado, hoje em 21%. Cada ponto percentual significa US\$ 900 milhões para os cofres públicos.

O FMI divulgou nota elogiando as medidas. O país negocia uma linha de crédito que deve chegar a US\$ 16,4 bilhões. O dinheiro serviria para cumprir compromissos no próximo ano. (FSP, 12/11/2000)

Siguen los cortes en varios puntos del país

Los piqueteros que mantienen cortado el acceso a la ciudad de La Plata, en la intersección de la avenida 44 con la calle 149, aseguraron que si hoy no llegan a un acuerdo con la Nación cortarán otros puntos vitales de esta capital provincial.

Los desocupados son liderados por miembros de la Coordinadora de Trabajadores Desocupados que, según dijeron, representan a nueve barrios del Gran La Plata. Además de los mencionados se encuentran en el piquete integrantes de la agrupación Quebracho.

El intendente Julio Alak (PJ) se ofreció como mediador. Los manifestantes exigen 1000 planes de trabajo y reclaman mejoras en los servicios de salud y de educación y 3000 kilos de alimentos por semana.

Obreros de la fábrica de cerámica Toba cortaron ayer la ruta Nicolás Avellaneda, que une la ruta 16 con el puente General Manuel Belgrano, que comunica Chaco con Corrientes. Sin embargo, los manifestantes no cerraron totalmente la vía, pero sólo dejan cruzar a aquellos vehículos en emergencia.

Al cumplirse el noveno día del corte de la ruta nacional 34 que llega a Bolivia en demanda de trabajo y otras reivindicaciones en Tartagal, el gobernador Juan Carlos Romero aludió a "la inacción de la Justicia" frente al reclamo.

Durante siete horas desocupados de Senillosa, a 30 kilómetros de la capital neuquina, mantuvieron cortada la ruta nacional 22 en demanda de la continuidad de planes de empleo y por la ampliación de los cupos para esa localidad. El tránsito de la ruta fue interrumpido por un centenar de desocupados, que mantuvo la medida de protesta hasta las 19.30.

Después de un encuentro con el intendente de Senillosa, Sergio Farías (Movimiento Popular Neuquino), decidieron levantar el corte conformes con las respuestas a un petitorio de once puntos. (*La Nación*, 08-11).

La CGT oficial amenaza con convocar a un paro nacional

La CGT oficial, que encabeza Rodolfo Daer, criticó duramente la política económica del gobierno de la Alianza y amenazó con convocar a un paro nacional durante la reunión del comité central confederal, que se realizará el 17 del actual.

Tras una reunión de la cúpula sindical, el titular de la CGT embistió contra el modelo económico del gobierno de Fernando de la Rúa, al que calificó como "fiscalista, injusto y dañino" para los trabajadores.

"Hace un año que este gobierno está en el poder y desaprovechó ese tiempo para gobernar, porque privilegió los intereses sectoriales y partidarios de la Alianza, en lugar de instalar una política que tenga un gran acuerdo nacional por la producción y el empleo", se quejó Daer. Y agregó: "El gobierno de la coalición tiene una gran deuda con el pueblo, con esa demanda que amalgamó electoralmente los votos de millones de argentinos".

La desregulación de las obras sociales, que el Gobierno anunció ayer que acelerará, también fue criticada por Daer. El sindicalista reiteró que la CGT "rechaza totalmente" las políticas que viene desarrollando el ministro de Salud (Héctor Lombardo) y el superintendente de Servicios de la Salud (Rubén Cano) .

Y una vez más reclamó al Gobierno "por la falta de cumplimiento de pago de una deuda de 500 millones de pesos que se les debe a las obras sociales".

Cuando se le preguntó si el comité confederal convocado para el viernes 17 del actual podría expedirse por la convocatoria a un paro nacional, Daer envió una velada amenaza. "No se descarta absolutamente nada", aseguró.

Por último, Daer mencionó un "llamamiento que hace la CGT al Gobierno por la convocatoria a un gran acuerdo nacional por la producción y el empleo con los partidos políticos, los empresarios, la CGT y el Gobierno". (*La Nación*, 10-11).

Tensión entre el Gobierno y la CGT

La relación entre el Gobierno nacional y la CGT dialoguista de Rodolfo Daer se volvió a deteriorar al tener nuevamente como protagonista al abogado de la organización Lucio Garzón Maceda.

Es que mientras fuentes de primer nivel de la central obrera aseguraron que el Gobierno había aprobado la designación de Garzón Maceda como representante argentino entre los ocho laboristas que integran la Comisión de Expertos de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), la ministra de Trabajo, Patricia Bullrich, dijo que el Ejecutivo postergó cualquier definición en ese sentido para febrero del año próximo y que hasta entonces no se sabría quién ocupará esa vacante.

Bullrich y Rodolfo Daer se reunieron en la sede del Ministerio de Trabajo para definir el tema del representante argentino en la Comisión de Expertos de la OIT (que no está integrada por sindicalistas, sino por laboristas que analizan las leyes de todo el mundo).

Hace dos años que el cargo en esa comisión de la OIT está vacante y se necesita que el Gobierno, la Unión Industrial Argentina (UIA) y la CGT propongan un nombre común, de manera de no perder ese lugar.

Mientras, ante la postergación oficial, la CGT quiere dar una señal de poder: su consejo directivo criticará la supuesta falta de liderazgo político de De la Rúa y se esperan nuevas quejas en el Comité Central Confederal.

Aunque en las antípodas de su pensamiento, a las críticas de la CGT oficial se vienen sumando las protestas que hicieron la Corriente Clasista y Combativa (CCC) y la Central de Trabajadores Argentinos (CTA) en La Matanza, que generó un prolongado corte de ruta y la solución de parte del gobierno nacional. También, la CGT rebelde del camionero Hugo Moyano amenaza con un paro nacional, frente a la falta de soluciones por el problema de la desocupación. (*La Nación*, 09-11).

Oposición sindical y empresarial al presupuesto del año próximo

Avalados por los diputados disidentes de la Alianza y por el justicialismo, los dirigentes de la multisectorial de sindicalistas, representantes del sector rural y los pequeños y medianos empresarios rechazaron en el Congreso Nacional el proyecto de ley de presupuesto 2001, al que calificaron de "inconstitucional".

Los representantes de la multisectorial no sólo cuestionaron el proyecto del Gobierno, sino que anunciaron una movilización frente al Congreso, para el día en que la Cámara de Diputados trate la iniciativa oficial.

La multisectorial realizó una profunda crítica al ajuste que, a su entender, afectará el bolsillo de los trabajadores estatales y la estabilidad del empleo privado.

Entre los miembros de la multisectorial que ayer se hicieron presentes estaban Hugo Moyano, líder del Movimiento de los Trabajadores Argentinos (MTA) y de la CGT disidente; Víctor de Gennaro y Marta Maffei, de la Central de los Trabajadores Argentinos (CTA); Julio Piumato (Judiciales); Jorge Basteiro (Aeronavegantes); Elías More (Jubilados), Ricardo Sablich (Personal Legislativo), y representantes de la Federación Agraria Argentina y de la Cámara de la Pequeña y Mediana Empresa.

Se exigió la derogación de los artículos 58 y 63 del proyecto de ley de presupuesto y la eliminación del recorte del 12 por ciento del salario de los trabajadores estatales, que seguirá imponiendo el Gobierno en el 2001. El Gobierno ha previsto un ahorro anual de unos 600 millones de pesos por esa reducción.

A su vez, el proyecto de presupuesto faculta al Poder Ejecutivo a modificar o eliminar los estatutos de los empleados de los tres poderes del Estado y prevé modificaciones al monto de las asignaciones familiares en función de la ejecución presupuestaria.

Los dirigentes de la multisectorial criticaron el proyecto de presupuesto al sostener que intenta eliminar las pensiones graciables de 150.000 personas de bajos recursos.

"Hay que denunciar que el proyecto de presupuesto es inconstitucional, porque les recorta beneficios a los trabajadores, no contempla un seguro de empleo ni el salario familiar por hijo y atenta contra la estabilidad de los trabajadores", expresó De Gennaro.

En la misma sintonía, Moyano pidió a los diputados de la Alianza y del PJ que acompañen el reclamo de los trabajadores. (*La Nación*, 09-11).

Convocan a gremios y a empresarios a una mesa intersectorial

En medio de un clima de incertidumbre económica y de conflicto social traducido en repetidos cortes de rutas, el Gobierno apostará a la conformación de una mesa de diálogo con el sector empresario y con el sindicalismo moderado y el más combativo.

La intención que se persigue con semejante desafío es explícita: buscar en forma conjunta soluciones alternativas al problema del desempleo y la inestabilidad laboral.

La ministra de Trabajo, Patricia Bullrich, confirmó que está buscando la integración de una Conferencia de Empleo y Productividad que reúna a sindicalistas y empresarios en una misma mesa para discutir con el Gobierno políticas de corto y largo alcance.

Hasta el momento, la titular de Trabajo convocó a la mesa de diálogo a la CGT oficial de Rodolfo Daer y al sindicalista rebelde Hugo Moyano; a la Central de los Trabajadores Argentinos (CTA) que lidera Víctor De Gennaro; al secretario de la Unión Industrial Argentina (UIA), Ignacio de Mendiguren; a la Confederación General Económica (CGE); y a las cámaras Argentina de la Construcción, de Comerciantes y de Pequeñas y Medianas Empresas, entre otros.

Para evitar eventuales cortocircuitos entre el Gobierno, los empresarios y los sindicalistas, el Gobierno pedirá que se excluya de la agenda la discusión por la desregulación de las obras sociales que impulsa el Poder Ejecutivo y la reglamentación de la controvertida ley de reforma laboral. Pero esta última idea no conforma a los sindicalistas.

Se propuso la conformación de cinco comisiones de trabajo permanente en la mesa de diálogo. Cada una de estas comisiones debatirá los siguientes temas: políticas de empleo y capacitación; trabajo no registrable; políticas internacionales de empleo; seguridad e higiene laboral y el análisis, resolución y seguimiento de conflictos en el trabajo.

Por otra parte, la Conferencia de Empleo y Productividad que espera conformar el Gobierno apunta a crear un ámbito de discusión de estrategias de capacitación laboral, con la máxima intención de darle forma a una suerte de Instituto de Capacitación y Formación de Personal Unico, como el que existe en España.

También el Gobierno espera poder solucionar mediaciones laborales entre sindicatos y empresas por medio de éste ámbito de diálogo social. (*La Nación*, 09-11).



Centrais Sindicais paralisam 100 mil no estado de São Paulo

Cerca de 100 mil trabalhadores aderiram ontem à greve de advertência, de 24 horas, segundo as contas da CUT e da Força Sindical. Os grevistas, a maior parte da CUT, conseguiram parar montadoras de veículos, fábricas de autopeças, de produtos eletroeletrônicos e de máquinas em várias cidades do Estado de São Paulo.

Segundo as centrais sindicais, 85 grandes companhias, com mais de 500 empregados cada uma, deixaram de funcionar. Hoje, a CUT quer parar, também por 24 horas, outras empresas que não foram atingidas pela greve de ontem. A central espera mobilizar outros 50 mil trabalhadores no movimento de hoje.

As duas centrais negociam aumento salarial acima da inflação e ameaçam convocar greve de várias categorias se não chegarem a um acordo com os patrões até segunda-feira. Mas há diferenças claras: a Força deu sinais ontem de que pode aceitar 8% de reajuste, em média, para as categorias que representa. A CUT não fecha por menos de 10%, mesmo que isso leve à greve na segunda-feira.

"Com a Força já acertamos um acordo na mesa de negociações que falta ser referendado pelas assembleias, prevendo 8% de reajuste. Com a CUT, temos até segunda-feira para tentar uma solução negociada e evitar a greve", diz Drausio Rangel, representante dos fabricantes de autopeças.

Nas montadoras de veículos, os metalúrgicos dos sindicatos ligados à CUT rejeitaram, em assembleias nas portas das fábricas, a proposta de reajuste feita pelo sindicato patronal. "Foi por unanimidade. O que os patrões estão oferecendo nem sequer bate a inflação", diz João Rodrigues, coordenador do Sistema Único de Representação, que organiza os trabalhadores da Ford em São Bernardo do Campo.

Outras categorias

Em outras categorias ligadas à CUT também não houve avanço, mesmo com a greve relâmpago. Os bancos mantiveram a oferta de aumento salarial em torno de 5%. "Eles não mexeram em nenhum item da pauta de negociações desde a primeira proposta. Agora, vão ter que sair da moita", diz João Vaccari, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Os bancários ameaçam entrar em greve na segunda-feira. Por enquanto, também estão fazendo protestos relâmpagos. Ontem, os 2.100 funcionários do Tebancos, o serviço de atendimento telefônico do Bradesco, cruzaram os braços. Hoje, os bancários prometem parar outra instituição financeira.

Outra negociação que está emperrada é a dos petroleiros. Ontem, a direção da Petrobras se reuniu com a FUP (Federação Única dos Petroleiros), também ligada à CUT. Até o final da tarde, ainda não havia acordo. A Petrobras ainda estava analisando a proposta do sindicato, que previa abono salarial e aumento na participação nos lucros.

Os sindicalistas também demonstraram poder de mobilização no interior. No Vale do Paraíba, os sindicalistas pararam 100% da produção das montadoras GM e Ford, além da paralisação do primeiro turno na Philips (eletrônicos) e na Bundy e na Parker Haniffin (autopeças), informa o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Ocorreram paralisações em outras cidades do interior, como na região de Campinas. Funcionários da fábrica de fogões Dako pararam por 50 minutos, empregados da montadora Honda atrasaram a entrada em serviço em duas horas e os funcionários da Filtros Man, em Indaiatuba, decidiram cruzar os braços. A fábrica de motores da Volkswagen em São Carlos e a filial da GM em Mogi das Cruzes também pararam. Ao mesmo tempo as negociações continuam.

Força Sindical e CUT decidiram adiar para o dia 13 a greve unificada que havia sido anteriormente marcada para o dia 7/11. (©Folha de São Paulo, 07 e 08.11.00)

Petroleiros aprovam greve nacional do dia 13 a 17 de novembro

Os trabalhadores da Petrobras entrarão em greve do dia 13 a 17 de novembro, cortando as atividades nos campos de Exploração e Produção de petróleo, nas refinarias e nos terminais de abastecimento. A greve foi aprovada em assembleias realizadas em todo o país, entre os dias 26 de outubro e 01 de novembro. Os petroleiros rejeitaram por unanimidade a proposta da Petrobras de comprar direitos adquiridos pela categoria. A proposta da empresa reajusta em apenas 5% os salários da categoria (o que não cobre sequer a inflação do período) e propõe o pagamento de 1,3 salários básicos, a título de antecipação da (PLR) Participação nos Lucros e Resultados.

A partir de 7 de novembro, a diretoria da Federação Única dos Petroleiros (FUP) estará de plantão em sua sede, no Rio de Janeiro, até o dia 12 de novembro (véspera do início da greve), quando seguirá para Macaé, onde permanecerá até o final da greve. Macaé é sede da Bacia de Campos, responsável pela produção de 80% do petróleo extraído no país.

Como em todas as greves realizadas pelos petroleiros, a FUP irá cumprir a legislação federal, garantindo o abastecimento de produtos básicos à população.

A Petrobras bateu em setembro novo recorde de produção mensal de petróleo no país, atingindo uma média de 1,337 milhão de barris diários, volume 8,5% maior do que o registrado em agosto. Os cerca de 34 mil empregados da empresa são os principais responsáveis pelos brilhantes resultados apresentados pela estatal. No ano passado, a companhia apresentou um lucro líquido recorde de R\$ 1,8 bilhão. Este ano, os resultados do primeiro semestre apontaram um ganho líquido de R\$ 4,5 bilhões e a projeção é de que esse valor salte para R\$ 10 bilhões no final do ano. (Agência CUT Notícias, 06.11.00)

A integra desta notícia, com uma Cronologia das negociações e elenco das reivindicações está em : <http://200.219.22.203/pubcutnoticias/cgi/public/>

Trabalhadores fazem paralisação no polo petroquímico de Camaçari - BA

Trabalhadores químicos, petroquímicos e petroleiros fizeram hoje, (07.11) pela manhã, uma manifestação na estrada do coco, nas proximidades de Jauá. Cerca de 500 trabalhadores, a maioria da empresa Millennium, paralisaram suas atividades provocando um atraso de três horas na entrada do turno da manhã em algumas fábricas do Complexo Petroquímico de Camaçari. O ato foi também uma forma de pressionar o patronato a fechar um Acordo digno que reponha ao menos as perdas da inflação do período. O dia de hoje seria de greve em todo

o país, mas a CUT nacional resolveu suspender o movimento porque o patronato diante da possibilidade de uma greve, recuou e retomou as negociações com diversas categorias com data base neste segundo semestre.

Na Bahia a categoria do ramo químico e petroleiro está em campanha reivindicatória desde agosto. Patrões e empregados já participaram de diversas rodadas de negociações mas até agora não chegaram a nenhum acordo. Segundo o diretor do Sindicato do Ramo Químico/Petroleiro, Carlos Itaparica, o dia foi vitorioso e bastante produtivo, pois diante da pressão dos trabalhadores, o Sindicato patronal vai se reunir hoje e deve apresentar uma nova proposta que será analisada pela categoria. Caso a proposta não seja aceita, continuam as mobilizações com possibilidade de greve a partir do dia 13. Os petroleiros já estão com a greve com controle de produção marcada para este dia.

Na Bahia, os trabalhadores químicos e petroquímicos reivindicam entre outras coisas 9,2% de reposição da inflação, pagamento dos feriados de 25/12 e 01/01 para o pessoal de turno e a anexação do Direito de Recusa(o trabalhador tem o direito de se recusar a trabalhar em caso de risco) ao Acordo Coletivo. Os patrões propõem um reajuste de 6%. (*Agência CUT Notícias, 07.11.00*)

Mais informações das greves em SP e Brasil podem ser encontradas na sessão de Notícias anteriores da <http://www.sindicatomercosul.com.br>

A Embraer e a PM

João Batista Barbosa – Ex-diretor Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e Mário Hipólito Silva - Delegado Sindical na Embraer.

(...) Enquanto que a população de São José fica à mercê da criminalidade, sem policiais e viaturas, presenciamos nos portões da Embraer diariamente várias viaturas – chegou a ter 15 em um só dia, inclusive as novas (Blazers) – **para coibir as atividades dos sindicalistas em plena data-base dos metalúrgicos.** O excesso de zelo da Polícia Militar para com a segurança do patrimônio particular da Embraer é muito estranho e curioso. Há alguns dias foram vistos oficiais do comando da Polícia Militar visitando a empresa. Muito estranho. Apenas coincidências?...(...)

Existe um problema sério que é o salário praticado na empresa. Embora a Embraer se situa entre as maiores empresas do ramo no cenário mundial, cujos produtos superam em qualidade seus concorrentes, ela não paga os salários de seus profissionais na mesma lógica que seria a do mercado aeronáutico. Como estratégia para manter essa prática salarial ela remete à Fiesp a responsabilidade de negociação se situando num grupo de pequenas empresas que andam mal das pernas, sem a menor chance de firmar um bom acordo. E para pagar salários diferenciados àqueles profissionais que ela julgar conveniente mantê-los para não perdê-los para o mercado ela se utiliza de seu plano de cargos e salários. Uma boa parcela de trabalhadores da Embraer está descontente com o salário e isso pode refletir profundamente na produtividade. Entendemos também que representante legítimo dos trabalhadores ainda é o sindicato. E não adianta tentar intimidá-lo com forte esquema policial e com repressão. (..)A direção da Embraer deve voltar a respeitar e negociar com o sindicato como era feito antes. Também queremos a Polícia Militar nas ruas defendendo a comunidade, como deveria ser, pois nós pagamos os seus salários para isso. (*Jornal Valeparaibano, 08.11.00*)

Esse artigo, transcrito parcialmente, nos foi enviado através do Fale Conosco- (<http://www.sindicatomercosul.com.br>) - é importante testemunho da situação dos trabalhadores da Embraer.

Eletricitários de SP debatem segurança nas empresas

Especialistas em segurança e saúde no trabalho participaram nos dias 8 e 9 de novembro, do 1º Seminário sobre Segurança e Saúde no Trabalho do Setor energético do Estado de São Paulo, organizado pela CGT Fundacentro e CUT e com promoção do Ministério do Trabalho.

O principal objetivo do seminário objetiva é estabelecer um canal permanente de discussão entre governo, empresas e sindicatos, sobretudo visando à melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores.

O evento que teve o apoio do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, da ESP, Elektro e Comgás, além de outras empresas, procurou articular várias propostas que foram debatidas no Fórum de Debate sobre Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico do Estado de São Paulo recentemente. O objetivo é esquentar o debate, nas empresas, sobre temas como NR-4,

NR-10, NR-5 (Cipas), aumento da terceirização de mão-de-obra, jornada de trabalho, capacitação e habilitação e periculosidade. (Vidal Lannes imprensa@cgt.org.br)

Trabalhadores rurais denunciam assassinato à Assembléia Legislativa de MG

Lideranças dos trabalhadores sem-terra do acampamento Tapera, no município de Dom Bosco (MG) e de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais desse município e de Natalândia denunciaram, hoje pela manhã, à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o assassinato do sem-terra Sabino Pereira Lopes, de 49 anos, casado e com sete filhos.

Sabino – um dos líderes das 60 famílias de trabalhadores rurais sem-terras que ocupam a fazenda Tapera – foi morto a bala, durante uma emboscada. Os trabalhadores denunciaram, ainda, que mesmo após solicitado empenho do Secretário de Segurança Pública, Márcio Domingues, os trabalhadores continuam sob ameaça. Na última sexta-feira (4/11), homens encapuzados e armados foram vistos rondando o acampamento, próximos à fonte de água das famílias acampadas.

Estão ainda ameaçados de morte os sem-terra José Firmino Pires, José da Cruz Oliveira, Nely de Fátima, Paulinho dos Reis Cunha e o proprietário do imóvel vizinho ao acampamento, Marcos Martins. (*Agência CUT Notícias, 09.11.00*)

Desvalorização dos salários beneficia exportações

A relação câmbio/salário vem contribuindo bastante para o aumento da competitividade das exportações brasileiras este ano. Com a desvalorização do real, em janeiro do ano passado, os salários nominais também se desvalorizaram em relação ao dólar e demais moedas, o que gerou benefícios, sobretudo, para as vendas externas de produtos industrializados, que cresceram 20% do início do ano até agora.

De dezembro de 1998, mês que precedeu a política de flutuação cambial no País, até setembro de 2000, a desvalorização nominal do câmbio (R\$/US\$) atingiu 52,5%, enquanto o salário nominal da indústria, nesse mesmo período, evoluiu apenas 5,5%, segundo indicadores da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Banco Central (BC).

O índice da relação câmbio (US\$) /salário atingiu 144,62 em setembro deste ano. Isso significa que o câmbio aumentou 44,62% a mais que o salário médio da indústria nacional. Além dessa diferença, jogam a favor do setor industrial os ganhos de produtividade de mão-de-obra observados nos últimos anos, que acabaram ampliando, ainda mais, a competitividade da indústria brasileira no mercado externo.

'Com a relação câmbio/salário favorável ao câmbio, as indústrias exportadoras tiveram aumentadas suas oportunidades de margens de lucro e, conseqüentemente, ganharam folgas para negociar descontos de preços com seus clientes no mercado internacional', observa o economista Hugo Faria, do Instituto de Ciências Econômicas e Gestão (Iceg).

As indústrias exportadoras intensivas em mão-de-obra são as mais beneficiadas pela situação atual da relação câmbio/salário. Tanto que os setores tradicionais apresentam, todos eles, aumentos significativos de exportações neste ano.

As exportações de têxteis, por exemplo, cresceram até setembro último 25,2% em valor, pulando de US\$ 724 milhões, no ano passado, para US\$ 907 milhões em 2000. (*Gazeta Mercantil, 10.11.00*)

Persiste impasse sobre piores formas de trabalho infantil

A Comissão Tripartite que estuda as piores formas de trabalho infantil vai suspender seus trabalhos temporariamente. A reunião de hoje pela manhã não conseguiu superar o impasse criado pelos representantes do patronato, que recusam-se a aceitar a inclusão, entre as piores formas de trabalho infantil, do plantio da cana-de-açúcar e do fumo e a colheita da laranja.

Por sugestão do representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), Luiz Gonzaga de Araújo, um grupo de trabalho será formado por representantes dos trabalhadores, do patronato e do Ministério do Trabalho para estudar o impacto destas atividades sobre a saúde dos trabalhadores, em especial sobre as crianças.

De acordo com Luiz Gonzaga, esta foi a única forma encontrada para manter a discussão em pauta na Comissão Tripartite, que é formada por representantes dos trabalhadores, do governo e dos patrões. "O patronato está irredutível e não havia como avançar senão criando

o grupo de trabalho, que vai oferecer subsídios para a decisão da comissão", explicou Gonzaga, que é assessor de Política Social da Contag e relator da representação dos trabalhadores na Comissão. (*Agência CUT Notícias, 06.11.00*)



Metalúrgicos reclaman renegociación de Mercosur

El Centro de Industriales Metalúrgicos del Paraguay solicitó a los poderes del Estado la urgente e inmediata renegociación de las condiciones del Tratado de Mercosur, principalmente en relación con nuestra condición de país mediterráneo. Igualmente plantea la creación de un esquema crediticio y fiscal de fomento de las exportaciones. El gremio de los metalúrgicos pide que se incluya en el Tratado de Asunción el concepto de solidaridad entre "naciones hermanas" como lo hiciera la Unión Europea con España, Grecia, Portugal y Turquía.

Derogan contrato colectivo de estatales

Con la promulgación de la Ley de Reforma de Empresas Publicas por parte del Poder Ejecutivo quedan derogados los beneficios o compensaciones extraordinarias acordados en los contratos colectivos de trabajo suscritos entre las entidades públicas y sus funcionarios. Pese a la intensa presión de los sindicatos estatales el gobierno de González Macchi procedió a dar curso a dicha ley que prevé la capitalización o privatización de la telefónica Antelco, Corposana y el Ferrocarril. Con la promulgación de dicha ley todos aquellos contratos colectivos de trabajo que no fueron aprobados por ley del Congreso y cuyos beneficios no fueron contemplados, desde la fecha no tienen validez. Los sindicatos afectados han anunciado que irán a la Corte Suprema de Justicia reclamando la inconstitucionalidad de una parte de la ley promulgada a la vez que realizarán diversas movilizaciones. (*Abc, Ultima Hora, Noticias 31/10/10 y 01/11/00*).

Aprueban nueva ley del funcionario publico

La Cámara de Diputados aprobó la nueva ley del funcionario público, que se venía discutiendo hace varios meses, la que prevé jubilaciones anticipadas a los 15 años y establece inamovilidad laboral a los 10 años de antigüedad. La nueva ley fue realizada para favorecer la Reforma del Estado y ahora pasa al Poder Ejecutivo para su promulgación. (*Yagua.com 09/11/11*).

Despiden a 300 funcionarios

Unos 300 funcionarios del Servicio Nacional de Promoción Profesional dependiente del Ministerio de Justicia y Trabajo fueron despedidos sorpresivamente como parte del recorte de gastos de instituciones del Estado. (*Yagua.com. 09/11/11*).

CNT se declara en rebeldía

Frente a la ausencia de respuesta de parte del Gobierno, la Central Nacional de Trabajadores, se declara en situación de rebeldía dado que el Gobierno no atiende las demandas de los trabajadores y otros sectores sociales, no revierte el desempleo, la situación de despidos y no dialoga con las organizaciones sindicales. Así fue comunicado por los dirigentes de esta organización a la Asamblea de Obispos reunida en Asunción. (*ABC 09/11/11*).

Chóferes inician huelga

Chóferes de la empresa de transporte "Sirena del Paraná" iniciaron una huelga de 30 días en protesta por el incumplimiento de las leyes laborales y por los despidos arbitrarios de 15 conductores, luego de que las negociaciones fracasaran, según anunció Roberto Medina, de la SINATT. (*ABC 08/11/11*).

Contrabando deja sin empleo a 500 mil

Según fuentes de la Unión Industrial Paraguaya en los sectores de chacinados y embutidos, lácteos, avícolas y alimentos balanceados, el contrabando y la informalidad han dejado sin empleo a alrededor de 500.000 trabajadores en los últimos tres años. El directivo de la UIP afirmó que esto representa un enorme perjuicio, no solo para los pequeños y medianos industriales que procesan estos productos, sino también para todos los participantes en la cadena de producción. Solo en el rubro de queso se estima que se introducen ilegalmente de 17.500 toneladas desde el Brasil, representando una pérdida de 21 millones de dólares al año. (*Abc 09/11/11*).

Sindicatos Docentes rechazan imposición del BM

Tres sindicatos docentes presentaron al Ministerio de Educación y Cultura sus propuestas con relación al calendario escolar 2001, la gratuidad de la educación y la capacitación docente. Así también insisten en el acceso a los cargos por medios transparentes, así como exigen garantías de estabilidad y de respeto a sus derechos profesionales, sindicales y sociales "sin injerencia partidaria en la educación". Los sindicatos OTEP, FEP y UNE, rechazan también que los organismos multilaterales como el Banco Mundial impongan a Paraguay programas educativos. (*La Nación 10/11/00*)



Día 10 hubo paro general parcial del PIT-CNT

Hoy habrá paro general parcial en Montevideo entre las 12 y 30 y las 15 horas, debido a una movilización convocada por la Intersocial, integrada por el PIT-CNT y otras organizaciones sociales, en tanto que la inactividad a nivel de la enseñanza será total.

"Presupuesto justo", Empleo, Negociación colectiva, Libertades sindicales y Rechazo a las privatizaciones", son los reclamos de los manifestantes, que se concentrarán a las 13 horas en la explanada de la Universidad de la República.

La Federación Uruguaya de Magisterio, la Federación Nacional de Profesores de Enseñanza Secundaria y la Asociación de Funcionarios de UTU reclaman que el Poder Ejecutivo envíe un mensaje complementario al Parlamento, en el que se otorguen mayores recursos a la educación y aumento salarial inmediato a los trabajadores docentes y no docentes de la enseñanza. (*El País 10.11.00*)

Chile - CUT dice que actitud del gobierno hacia trabajadores es mezquina

El secretario general de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), José Ortiz, afirmó hoy que la actitud que ha adoptado el gobierno del Presidente Ricardo Lagos hacia los trabajadores "ha sido bastante mezquina" en los últimos meses.

En entrevista a Televisión Nacional, dijo que "hay que terminar con la lógica de que hay que cuidar este país para los ricos", señalando que el gobierno "debe preocuparse más por los trabajadores, incluidos los que están cesantes".

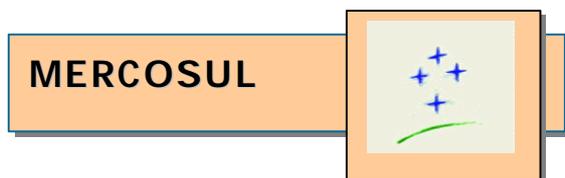
Señaló que "se está intentando imponer al país una concepción autoritaria del manejo de las relaciones laborales cuando le ha correspondido actuar al gobierno".

En ese sentido, indicó que dicha situación se ha reflejado con la actitud del gobierno al no querer negociar con los gremios cuando están en huelga, siendo que "es una medida reconocida internacionalmente".

Agregó que "los problemas hay que resolverlos y no intentar vencer o domesticar a quienes están planteando demandas justas".

Esta tarde la CUT ha convocado a una manifestación en Alameda con Ejército en demanda de mejores sueldos, más trabajo y reformas laborales. (*El Mercurio, 09.11.00*)

[regressar](#)



Comissão Sociolaboral do Mercosul

Na última reunião da CSL do Mercosul, 17 e 18 de outubro, no Rio de Janeiro (noticiada no Correio Sindical Mercosul n. 51), foi aprovado o Regimento Interno das seções nacionais, o que, na opinião do assessor jurídico da CUT, Ericson Crivelli, "é um passo fundamental para a conclusão do processo de institucionalização da CLS". O passo final é a aprovação deste regimento pelo Grupo Mercado Comum (GMC – órgão executivo dentro da institucionalidade do Mercosul), que se reúne em 14 e 15 de dezembro próximo. Como a CSL é órgão auxiliar do GMC, é este quem dá a última palavra sobre o assunto, explica Crivelli.

Além do Regimento Interno, a CLS estabeleceu, entre outras, a obrigação e a metodologia para a elaboração das Memórias – espécie de relatório sobre a situação de cada um dos direitos sóciolaborais, por ela previstos, nos quatro países que compõem o Mercosul. Cada país deve preparar suas memórias.

Já no primeiro semestre do ano que vem, os Estados integrantes do Mercosul terão de elaborar as primeiras memórias sobre trabalho infantil. Quanto às demais, ficou estabelecido um calendário que cobre os 18 direitos assegurados na CSL. (Correio Sindical Mercosul – mais informações sobre essa análise ver : <http://www.crivelli.com.br>)

Chile negocia a su ritmo con el Mercosur

La ministro de Relaciones Exteriores, Soledad Alvear, dijo hoy que las negociaciones para la entrada de Chile al Mercado Común del Sur (Mercosur) “se están llevando al ritmo que le conviene al país y sin acelerar el proceso, dada la diferencia arancelaria que hay entre nuestra nación y las integrantes del tratado”.

La secretaria de estado, en entrevista con Radio Chilena, explicó que en las negociaciones “velamos por los intereses de nuestro país y tal como dijo el presidente Ricardo Lagos, cumpliendo dos requisitos importantes como son la manutención del 9 por ciento del arancel, que bajará al 6 por ciento en los próximos años, además de la manutención de nuestra autonomía comercial”. Respecto de la autonomía Soledad Alvear precisó que su cartera continua negociando con Estados Unidos o la Unión Europea, por ejemplo, “y otros países que nos han solicitado iniciar conversaciones, como Singapur, Australia y Nueva Zelandia”.

“Estas condiciones son fundamentales para el país, por cuanto Chile tiene una economía extraordinariamente abierta en que un 50 por ciento del producto interno bruto depende de lo que nosotros exportemos o importemos”. (*El País, 07.11.00*)

De La Rúa destaca papel da Bolivia en integración Mercosur-andinos

El presidente argentino, Fernando de la Rúa, dijo el lunes que Bolivia es uno de los socios privilegiados de su país y la llave central para la integración del Mercosur con la región andina.

“Deseamos construir un proceso de integración solidario, organizado e internacionalmente confiable, del cual Bolivia es parte esencial y debe serlo con una plena integración”, expresó De la Rúa en un discurso en el Congreso boliviano.

El Mercosur, afirmó, llegó a un desarrollo significativo, incorporado a nuestra conciencia nacional y espera que este proceso de integración “se extienda al resto de los hermanos de América”.

Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, son miembros plenos del Mercosur, mientras que Bolivia y Chile son asociados. Bolivia es fundador del Grupo Andino, que integran además Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. El mandatario argentino advirtió que la ampliación del proceso de integración demanda imaginación y capacidad de decisión. Coincidió con el vicepresidente boliviano, Jorge Quiroga, quien al darle la bienvenida manifestó que Bolivia por su posición geográfica y recursos naturales tiene una situación clave desde el punto de vista estratégico para la plena integración de Sudamérica.

El presidente argentino también destacó las grandes reservas energéticas (las reservas gasíferas alcanzan a 27,3 trillones de pies cúbicos), así como la capacidad y voluntad de desarrollo que exhibe hoy Bolivia, para hacer realidad el proyecto que “soñaron nuestros Libertadores San Martín y Bolívar”.

De la Rúa llamó a perseverar en la senda de la integración y señaló que visitaba Bolivia para estrechar los lazos del país altiplánico con el Cono Sur. (*El País, 07.11.00*)

Uruguay: Shock externo genera costo de US\$ 800:

El shock externo negativo que afecta a Uruguay es más fuerte que el que sufrió en la primera mitad de los años de 1980 y asciende a US\$ 800 millones, equivalentes a 4% del Producto Bruto Interno (PBI), según los cálculos realizados por el equipo económico del gobierno uruguayo.

En 1998 Uruguay recibió un shock externo positivo muy importante, que obedeció a un factor de precios internacionales, el que luego se revirtió mucho más de la cuenta. “La magnitud del shock no tiene precedentes en la historia de Uruguay”, aseguró el asesor del MEF. No obstante, la competitividad del comercio con Brasil medida en términos de precios mayoristas,

"más o menos está en un nivel similar al previo a la devaluación en enero de 1999", en tanto respecto a Argentina "ha estado estancada en el último año y medio, lo cual es bastante predecible", comentó.

Indicó que el volumen de exportaciones hacia Brasil no aumenta porque su nivel de ingreso, medido en dólares, cayó sustancialmente. Además, si bien Brasil está en proceso de recuperación, desde el punto de vista del consumo privado no es muy dinámico, porque debe generar un superávit primario muy grande para cubrir el servicio de la deuda que contrajo previo a la crisis de enero de 1999.

El coordinador responsable del equipo de coyuntura del Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas, indicó que las perspectivas de reactivación que se preveían el año pasado no se concretaron —entre otros factores— por el alza del petróleo y la debilidad de la economía argentina.

Otros elementos negativos fueron la devaluación del euro, los problemas comerciales con Brasil y Argentina, la sequía de la primavera y el verano de este año, y más recientemente la irrupción del foco de aftosa en Artigas. (*El Observador* 11.11.00)

Mercosul quer harmonizar regulamentações nacionais no setor de gás e petróleo

O desenvolvimento do mercado brasileiro de gás natural está na pauta da Comissão de Energia do Mercosul. A Agência Internacional de Energia calcula que o Brasil terá o terceiro maior crescimento no consumo de gás entre os países emergentes, e esse combustível virá em grande parte de países vizinhos, como Bolívia e Argentina.

Possibilidades de harmonizar as regulamentações nacionais para o setor estão sendo discutidas pelo Mercosul e pela Associação Regional das Companhias de Petróleo e Gás Natural da América Latina e Caribe (Arpel). O secretário-executivo da Arpel, José Félix García, diz ser necessário esse processo, sobretudo no que se refere à qualidade do gás - pressão e composição - e engenharia de gasodutos. "Na região latino-americana foram construídos, nos últimos três anos, mais de 7 mil quilômetros de gasodutos interligando Brasil, Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai, e as reservas bolivianas cresceram cinco vezes nesse período".

É previsto aumento gradual do comércio internacional de combustíveis, já que os países com maior potencial de crescimento do consumo não possuem grandes reservas. Outro país latino-americano que começa a desenvolver o mercado de gás natural é a Venezuela, grande produtor de petróleo. "A maior parte do gás que produzimos é associada ao óleo, o que dificulta o desenvolvimento de um mercado consumidor", disse o diretor da Petroleos de Venezuela (PDVSA), Luis Aray. Dos 4,6 trilhões de metros cúbicos que o país tem de reservas de gás natural, apenas cerca de 10% não estão associados ao petróleo. (*Gazeta Mercantil* 09/11/2000) Copyright© 2000 Global21

Mercosul discute padronização da TV digital e tráfego de telefonia celular

Dirigentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Comisión Nacional de Comunicaciones (CNC) da Argentina começaram nesta semana, em Florianópolis, a discutir temas ligados à escolha de um padrão unificado para a televisão digital no Cone Sul. Há dois anos, a Argentina anunciara sua opção pelo padrão ATSC, fornecido pelos Estados Unidos, mas o Governo do presidente De La Rúa congelou a decisão, sendo retomada agora a proposta pela qual pode ser adotado um padrão comum a todos os países do Mercosul. A previsão é que hoje, dia 10, ingressem na discussão dirigentes dos órgãos reguladores de telecomunicações dos demais parceiros, Paraguai e Uruguai, além do Chile, com os quais o Brasil também vem negociando a adoção de um mesmo padrão de televisão digital. "É importante que a Argentina faça novos testes antes de tomar uma decisão final", afirmou Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel.

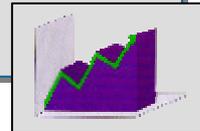
O principal concorrente do padrão americano ATSC é o europeu DVB, pois a tecnologia japonesa ISDB só poderá estar em fase operacional em dois anos.

Luiz Francisco Perrone, vice-presidente da Anatel, informou que o encontro de Florianópolis discute também propostas sobre a utilização de satélites para transporte de sinais de telecomunicações e de telefonia celular. "No campo da telefonia celular ainda há muito chão a percorrer. Até agora, houve preocupação muito forte com o aumento da oferta de linhas dentro de padrões elevados de qualidade. Mas, em relação aos nossos vizinhos, é importante discutir como tornar mais acessível o 'roaming' para os usuários dos diversos países".

O tráfego entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile vem crescendo muito nos últimos anos, e os usuários da telefonia celular precisam ser beneficiados com preços mais baixos quando utilizam os aparelhos fora dos seus países de origem, explicou Perrone. (Gazeta Mercantil- Copyright© 2000 Global21- 11/11/2000)

[regressar](#)

EMPRESAS E SETORES



Reconstruir componentes vai custar caro

A reconstrução da indústria brasileira de componentes eletrônicos (especialmente a indústria de informática, telecomunicações e imagem e som) vai custar caro ao país. Para atrair as companhias estrangeiras do setor e, portanto, inibir as importações, na visão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil vai ter de renunciar a impostos, ceder terrenos e até pagar luvas, como já é praxe no exterior.

O governo está decidido a utilizar todos os meios de que dispõe para atrair os investimentos e informa que já iniciou os contatos com os fabricantes estrangeiros há aproximadamente seis meses.

A certeza é que não será fácil convencer uma empresa a investir entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões no Brasil para fabricar chips. Mas o governo acredita que o país tem chance de pegar uma fatia dos novos investimentos dessa indústria, que está em expansão em todo o mundo.

Pelas previsões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mais de cem fábricas de componentes serão instaladas no mundo em dez anos por causa do aumento da demanda. O Brasil, na opinião do ministério, tem condições de abrigar uma ou algumas delas.

As empresas entendem que pelo menos nos próximos quatro anos não terão como alterar os planos de importação de componentes. Primeiro, porque muitos dos componentes, principalmente os chips, não são feitos no país. Levaria algum tempo até que uma indústria decida se instalar no Brasil e comece a produzir.

Segundo, porque mesmo que os componentes sejam nacionalizados, elas precisam levar em conta a questão preço e qualidade do componente. Se a importação for mais vantajosa, vão mantê-la.

Segundo Wanderley Marzano, diretor do grupo de componentes da Abinee (Ass. Brasileira Indústria Eletro-eletrônica) a expectativa é que a importação de componentes chegue a US\$ 6 bilhões neste ano, ou US\$ 1,2 bilhão a mais do que no ano passado. Até 2003, esse número pode bater em US\$ 9 bilhões, dizem as empresas.

Para justificar suas previsões dá vários exemplos: o lançamento do cartão inteligente ("smart card") no país, vai resultar na importação de US\$ 300 milhões em chips; a TV digital, vai exigir a importação de mais US\$ 300 em componentes por aparelho.

Outro exemplo: a previsão é que cada carro vai agregar, daqui para a frente, US\$ 50 em chips. A venda de 2 milhões de carros, diz Marzano, vai resultar em US\$ 100 milhões de compras de componentes no mercado internacional.

Outra pressão para importação de componentes vem dos próprios projetos de expansão das montadoras de equipamentos. A Alcatel Telecomunicações, que faz estações de telefones, vai entrar no mercado de telefone celular no início do ano que vem. Para fazer os equipamentos para sistemas de telefonia, ela já importa hoje cerca de US\$ 200 milhões por ano em componentes, valor que deve crescer em 2001.

Segundo relatório do MDIC o déficit comercial do setor eletroeletrônico foi de US\$ 6,67 bilhões em 99. As importações somaram US\$ 9,84 bilhões e as exportações, US\$ 3,17 bilhões. (Folha de SP, 12/11/2000)

Indústria que cumprir regras terá benefícios

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior deve publicar, nos próximos 30 dias, proposta para fortalecer a indústria de componentes, visando inverter a situação do setor- mais importador do que exportador.

Pela portaria já esboçada, os fabricantes que quiserem benefícios, como isenção de impostos, terão de seguir critérios definidos que o ministério chama de Processo Produtivo Básico (PPB). O PPB define um conjunto mínimo de operações industriais que caracteriza o processo de fabricação de um produto ou de uma família deles. O processo foi criado pela lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 91, e regulamentado pelo decreto nº 783, de 25 de março de 93. O PPB substitui o antigo conceito de índice de nacionalização, utilizado na Zona Franca de Manaus.

Além de estabelecer regras para incentivar a produção de componentes, o governo quer corrigir distorções, como tornar menores as alíquotas de importação de insumos, hoje maiores do que as de componentes prontos. *(Folha de SP, 12/11/2000)*

Isenção fiscal opõe SP ao Amazonas

O governo do Estado São Paulo está preparando suas armas para reagir contra a intenção do governo do Amazonas (pediu ao Supremo Tribunal Federal que suspenda, por liminar, a medida provisória nº 2.037) de acabar com as isenções fiscais concedidas às indústrias de informática no país

Para o governador do Amazonas, a Lei de Informática prejudica a ZFM (Zona Franca de Manaus), deixando-a sem atrativo para instalação de novas indústrias ou para manter as lá instaladas.

Para o governo de SP (que está se articulando para evitar a suspensão da MP) a votação da Lei de Informática, que está sendo renovada por medida provisória, está sendo protelada por causa do lobby de quem está na ZFM. Segundo o secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado São Paulo, José Anibal, se a Lei de Informática acabar, e com isso a isenção de IPI para os fabricantes de produtos de informática, as fábricas não terão condições de continuar a produção no país. "Cerca de 200 mil empregos podem desaparecer."

Fabricantes de produtos de informática ficaram preocupados com a ação do governo do Amazonas. Se valer a vontade de Amazonino, os produtos fabricados em São Paulo ou em outra região fora da ZFM vão ficar cerca de 20% mais caros. *(Folha de SP, 12/11/2000)*

Industriales de Paraguay plantean parar importaciones

Gremios nucleados en la confederación industrial UIP reiteraron al Ministerio de Industria y Comercio el pedido de suspensión temporal por 90 días de las importaciones de carne vacuna, ovina, caprina y pollos de la región y sus derivados por razones estrictamente sanitarias.

Rzezinski diz que objetivo da Bombardier é destruir a Embraer

Segundo o vice-presidente de relações externas da Embraer, Henrique Rzezinski, "assim que o Governo brasileiro terminar as adequações do Proex, voltaremos a utilizar o programa". Disse isso em resposta à declaração do presidente da Bombardier, Richard Greenhill - que visitou o Brasil esta semana - de que a venda de qualquer avião novo da Embraer com apoio do Proex seria considerada provocação, interromperia as discussões Brasil-Canadá e deflagaria uma guerra comercial.

Para Rzezinski, "essa declaração não passa de ameaça para intimidar o Governo brasileiro, justamente neste momento delicado das negociações". Ele disse ainda que não acredita que a posição da Bombardier seja a mesma do Governo canadense, pois a Bombardier teria como objetivo destruir a Embraer. "A Bombardier detinha 100% do mercado mundial de aviação regional há cinco anos e agora a Embraer já detém metade desse mercado. O que a Bombardier não entendeu ainda é que não abocanhamos metade desse mercado apenas por utilizar um programa de equalização de taxas de juros, mas porque oferecemos produtos competitivos". *(Panorama Brasil, 10.11.00)*

Termina el monopolio de las telefónicas

Comienza el fin del monopolio de Telefónica y de Telecom, diez años después de la privatización de Entel. En esa década la cantidad de teléfonos instalados cada cien habitantes pasó de 1,66 a 23, y el sector creció hasta facturar 11 mil millones de dólares anuales..

La desregulación es una buena noticia, tanto para la economía hogareña, ya que habrá una fuerte rebaja en las tarifas de todos los servicios de telecomunicaciones, como para las arcas del Estado, ya que se esperan inversiones de nuevas empresas por alrededor de 5 mil millones

de dólares en los próximos tres años, aprovechando que la apertura se concreta dos años antes que en Brasil.

Aunque para algunos resulta una cifra demasiado optimista, Henocho Aguiar, el secretario de Comunicaciones, aseguró que la desregulación generará entre 15 mil y 20 mil puestos de trabajo directos en los próximos 18 meses.

Más allá de los números de la macroeconomía, los primeros en sentir la desregulación serán los usuarios corporativos: empresas y pymes. De las 26 empresas que solicitaron licencia como operadores, la inmensa mayoría se dedicará a brindar servicios a ese segmento, el más rentable del mercado.

AT&T, MetroRed (del fondo de inversión Fidelity, de los EEUU), Impsat (del grupo Pescarmona), Techtel (del grupo Techint y de la mexicana Telemex), Diveo (del banco Goldman Sachs y el fondo de inversión Newbridge), Iplan, Comsat (una empresa del grupo Lockheed Martin), son las principales empresas que competirán por la torta más apetecible: la de servicios a las empresas, que mueve entre 1500 y 2000 millones al año. Las que ya comenzaron la pelea, además de Telecom y Telefónica, son Movicom- BellSouth que anunció una inversión de mil millones de dólares para ganar adeptos en las franja de las llamadas locales y larga distancia, y CTI Móvil (del grupo Clarín y de la norteamericana GTE) que anunció una inversión inicial de casi 450 millones de pesos.

A nivel usuarios residenciales, los analistas pronostican fuertes rebajas en las llamadas de larga distancia, que de hecho ya han sufrido fuertes reducciones (alrededor del 60%) desde noviembre del año último, en que comenzó la primer etapa de la apertura. Las que tardarán más en disminuir son las llamadas locales: recién en el 2002 se observará un descenso en las tarifas de las llamadas locales, que en la mayoría de los hogares constituye el 70% de la factura.

Un estudio de Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) reveló que entre 1991 y 1996, el margen de rentabilidad sobre ventas de las empresas telefónicas, calculado en un 14,6%, casi triplicó el promedio para el conjunto de las 10 mayores operadoras del mundo, estimado en 5,4%. En ese período, las empresas reportaron ganancias cercanas a un millón de pesos diarios. (La Nación, 09-11).

Trás un botin de 2 millones de argentinos

Brasil, Argentina y Uruguay se lanzaron a la caza del más preciado botín del próximo verano: unos dos millones de argentinos que pasarán sus vacaciones en la región. Hacia allí se dirigen los esfuerzos promocionales de los dos países vecinos y, en momentos en que la crisis económica azota ambos márgenes del Plata, el principal argumento parece ser el precio. Según el diario argentino Clarín las tarifas en Mar del Plata serán iguales a las que se pagaban cinco años atrás (ver nota en esta página. Para Punta del Este los operadores anunciaron rebajas de 30% respecto a los precios que se pagaron en el verano 1999-2000.

Por ahora es Brasil _cuya campaña lanzada en Buenos Aires tiene como slogan "Mucha playa, poca plata"_ el que parece tener las de ganar en el rubro precios. Los operadores anticipan que sólo los balnearios de Camboriú y Florianópolis recibirán este verano 15% más visitantes argentinos que en el anterior.

Según un artículo publicado por el diario brasileño Valor económico, el nivel de reservas ya concretado en los hoteles de las principales regiones turísticas de ese país adelanta una temporada brillante. En Uruguay, en cambio, todavía no es posible anticipar cuáles serán los frutos de la agresiva campaña publicitaria _que implicará una inversión de US\$ 3,5 millones_ lanzada en Argentina. Según el presidente de la Asociación de Hoteles y Restaurantes del Uruguay, Hugo Cherro, la delantera que hoy ostenta Brasil se debe a que "nosotros todavía hemos podido informar poco que nuestras tarifas son iguales a las de ellos". El empresario espera que la situación cambie en unas semanas más, cuando se sientan los efectos de la campaña promocional. (El Observador, 08.11.00)

Pdvsa ofreció a la uruguay ANCAP una inversión de US\$ 250 millones

Las máximas autoridades para América Latina de la multinacional petrolera venezolana Petróleos de Venezuela (Pdvsa) ofrecieron realizar una inversión de US\$ 250 millones para participar en la remodelación de la refinería de La Teja y en el posterior negocio de refinación

de crudo para la región, pero el fin del monopolio de la petrolera estatal no está todavía en la agenda gubernamental.

En tanto, la asociación con privados en el negocio de distribución de combustibles a través de la actual Distribuidora ANCAP SA (DASA), se concretará a través de un llamado a interesados, tal cual se concretó en oportunidad de las asociaciones en las áreas de lubricantes y cementos.

La oferta venezolana se suma a la propuesta realizada por las autoridades de Petrobras al ministro de Industria el pasado lunes.

El ministro dijo que tanto Petrobras como Pdvsa y Repsol YPF están interesados en participar con el ente en la refinación de gas-oil para distribuir en la región. *(El Observador 10.11.00)*

ANP autoriza Copesul a adquirir nafta uruguiaia

A Copesul, central de matérias-primas do Pólo Petroquímico do Sul, já pode importar nafta para produzir gasolina no Rio Grande do Sul. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) autorizou, na última sexta-feira, a importação de 4 mil toneladas da petroleira uruguiaia Ancap. A central vai produzir 12 milhões de litros mensais do combustível.

A autorização da ANP garante à Copesul a possibilidade de importação do produto a um preço inferior aos R\$ 530 por tonelada cobrados pela Petrobras. A decisão do órgão regulador ocorre uma semana após a conclusão de demoradas negociações das centrais de matérias-primas do País com a estatal, única fornecedora brasileira de nafta. A autorização do órgão regulador agiliza a compra do produto ao eliminar parte das exigências burocráticas comuns aos processos de importação.

A empresa não revelou o valor da operação, que representa a segunda importação do produto junto à empresa uruguiaia, uma vez que já ocorreu um primeiro embarque de 4 milhões de toneladas de nafta. A produção de gasolina prevista pela central corresponde a 9% do consumo do Rio Grande do Sul, calculado em 130 milhões de litros, e a 3,8% da demanda de toda região Sul, de 317 milhões de litros/mês.

O executivo de uma grande empresa do setor revelou que as centrais de matérias-primas deverão intensificar investimentos em logística para aumentar, no futuro, as importações de nafta. A Central Petroquímica do Nordeste (Copene), da Bahia, e a paulista Petroquímica União (PQU) não dispõem de um terminal portuário próprio capaz de receber carregamentos do produto, como a Copesul. *(Gazeta Mercantil, 06.11.00)*

14.700.000 pares de zapatos ingresaron Uruguay en 22 meses

En 1999 ingresaron al país 8 millones 200 mil pares de zapatos provenientes de China y Brasil, a razón de tres pares por habitante. La Cámara del Calzado en una reunión realizada con la Comisión de Industria del Senado, consideraron que este es uno de los sectores que más sufre la política económica y anunciaron que, a mediano plazo piensan instalar sus plantas en Brasil.

En lo que va del año y hasta el pasado 30 de setiembre, ya se importaron casi 6 millones 500 mil pares por un total de 24 millones de dólares. El promedio de costo de cada calzado oscila los 4 dólares.

Los industriales reclamaron a los legisladores de la Comisión de Industria la implementación de medidas de salvaguarda "que permitan recomponer la posición de nuestras empresas en el mediano plazo", la justificación de la importación referenciando a la misma relación de población-mercadería importada (mecanismo previsto en el Mercosur pero que sólo se aplica entre Argentina y Brasil), la participación de la Cámara del Calzado en la mesa de valoración de la Aduana "para poder evitar subfacturación de mercadería importada", y el combate al contrabando.

Los industriales exigen, por sobre todo, participar en una mesa de negociación para poder controlar los precios que se establecen en las importaciones. "No puede ser que un producto terminado ingrese al país con un valor menor al de la materia prima" señaló el secretario de la Cámara de la industria del Calzado. *(La República 7.11.00)*

Cámara de Industria del Uruguay entrega mensaje al Presidente

Al conmemorarse el "Día de la Industria", la Cámara que agrupa a las entidades del sector manufacturero dio a conocer un extenso mensaje en el que exige al Poder Ejecutivo y al Poder

Legislativo, "un mayor grado de responsabilidad con la ciudadanía y que se dediquen, con toda su energía e inteligencia, a diseñar y llevar a la práctica soluciones a los verdaderos problemas de la gente.

El mensaje entregado señala que "los efectos negativos de la recesión se han prolongado más tiempo del que todos esperábamos". La falta de competitividad acumulada durante años hizo que 1999 "fuera muy duro" y el actual 2000 esté llegando a su fin "y todavía no se han puesto en prácticas medidas concretas para devolver al país a la senda del crecimiento".

La gremial afirma que los industriales visualizaron con anticipación y claridad la recesión que se avecinaba y que de haber sido escuchados algunos de los efectos negativos podrían haberse evitados.

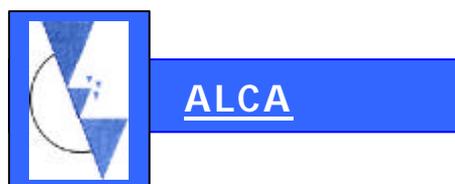
Se lamentan de no haber sido escuchados, al tiempo que "persiste en mucha gente la visión de que el Estado y el sector privado tienen intereses contrapuestos y que este último solamente actúa para obtener ventajas para sí mismo".

La CIU recuerda su permanente reclamo a "que se ataque a las empresas ilegales y se luche a brazo partido contra el contrabando, ya que le hizo y le hace perder al país y a su gente mucho más que la aftosa".

Asimismo sostienen, que el Estado debe cumplir un rol orientador y ser garante de la libertad de competencia. Debe ser moderno y estar al servicio de los ciudadanos, haciendo lo que debe y, especialmente, haciéndolo en forma eficiente".

"En el proyecto de Ley de Presupuesto que actualmente analiza el Senado está previsto que los egresos públicos crezcan este año y el próximo, manteniéndose luego en un nivel prácticamente invariable durante el resto del actual período de gobierno, por lo cual parece que en los próximos años no habrá cambios importantes. Lo que estamos necesitando es justamente lo contrario: que baje el gasto para hacer de la producción nacional, que es la única que puede dar trabajo y estabilidad económica al país, algo posible" sostienen los industriales. (*El País* 10/11/00)

[regressar](#)



Cenário político pesa sobre a Alca

Quando os ministros de Comércio das 34 democracias do hemisfério se reunirem no próximo dia 7 de abril, em Buenos Aires, enfrentarão a árdua tarefa de ter que produzir a primeira versão do que um dia poderá ser o maior espaço econômico do mundo: a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Negociar os pormenores de tão ambicioso projeto de integração é, por si só, um desafio monumental. Ainda mais difícil, entretanto, é fazê-lo à sombra de um panorama político e econômico cada vez mais incerto, algo que bem poderia ser o caso da próxima reunião dos ministros na capital argentina. O atual pano de fundo para as negociações da Alca está muito diferente do que era quando o bloco econômico continental foi concebido, na primeira reunião de Cúpula das Américas, realizada em Miami em 1994. Na época, o otimismo era a palavra de ordem na América Latina. Recém-saídas das ditaduras militares do passado e da chamada 'década perdida' de 80, as jovens democracias latino-americanas abriam as suas economias e negociavam com seus vizinhos do Norte a integração do hemisfério para antes de 2005. Hoje, entretanto, a menos de cinco anos da data fixada pelos mandatários americanos em Miami, o panorama político e econômico na América Latina apresenta uma série de focos de tensão que poderiam pesar sobre a última etapa de negociação para a formação da Alca.

De um lado, todos os países andinos padecem graves crises econômicas, enquanto em alguns - especialmente Peru, Colômbia e Venezuela - as instituições democráticas se encontram seriamente ameaçadas. Do outro, o agravamento da crise econômica na Argentina, em recessão desde o segundo trimestre de 1998, disparou os alarmes nos países vizinhos do Cone

Sul, que temem um 'efeito tango' em suas próprias economias. (*Gazeta Mercantil Latino Americana, 06.11.00*)

Alca: calendário segue em ritmo acelerado

O processo de negociação para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) continua acelerado, mas no Brasil a percepção dos formadores de opinião - empresários, inclusive - é de que o projeto de integração continental é algo ainda abstrato. A idéia de que as decisões ainda estão distantes é totalmente distorcida, uma vez que os nove grupos de trabalho e dois comitês encarregados de elaborar o projeto de acordo de comércio nas Américas trabalham a todo vapor. 'O cronograma está sendo cumprido à risca, não dá para empurrar o processo com a barriga', avisa o embaixador do Brasil em Washington, Rubens Barbosa, em entrevista exclusiva a este jornal. O diplomata considera o processo irreversível, a não ser que o Brasil e os outros 33 países decidam o contrário, hipótese improvável, e preconiza maior envolvimento do empresariado nas discussões, para preparar os setores menos competitivos a enfrentar a nova realidade, que deverá surgir a partir de 2005, quando deverão estar concluídas as negociações. Nos dias 24 e 25 de janeiro, em Lima, os vice-ministros de Comércio Exterior dos 34 países hemisféricos (menos Cuba) reúnem-se para discutir uma minuta de acordo a ser submetida aos ministros, que se encontrarão em Buenos Aires em abril. É lá que fecharão o acordo a ser submetido aos presidentes, que estarão em Quebec nos dias 20 a 22 daquele mês, quando definirão as datas para o início das negociações. É provável que a negociação do projeto esteja concluída no final de 2001. O acordo incluirá regras para o comércio de bens, serviços e outras normas.

Conforme lembra Barbosa, a partir daí até 2004 deverão ser negociadas as condições de acesso a mercados, com a definição de preferências tarifárias e de cronograma de redução de alíquotas para produtos agrícolas e industriais. Mas, diz o embaixador, há movimento para antecipar o final das negociações para 2003, hipótese descartada pelo Itamaraty. (*Gazeta Mercantil Latino Americana, 06.11.00*)

Papel e celulose fora de negociações da Alca

A indústria brasileira de papel e celulose não quer ter seus produtos incluídos nas negociações de acesso aos mercados dos Estados Unidos e do Canadá, no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Dessa forma, o setor quer tratamento diferenciado em relação a esses dois países e classificou de 'não-negociáveis' todos os produtos que compõem o grupo papel e celulose.

Também o setor de produtos químicos industriais (insumos químicos, petroquímicos, resinas termoplásticas e elementos químicos diversos) já tem definida sua estratégia de negociação.

A Alca determina um cronograma de cinco anos, a partir de 2005, para redução das tarifas brasileiras de importação de produtos químicos produzidos no País (que variam hoje de 12% a 15%). Para os químicos não produzidos aqui, cujas tarifas de importação são atualmente de 7%, o processo de desgravação seria efetuado mais rapidamente. (*Gazeta Mercantil, 10.11.00*)

Fórum Continental sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) 27 a 29 de novembro

Diplomatas, políticos, sindicalistas e economistas do Brasil e de outros países devem reunir-se em São Paulo, entre 27 e 29 de novembro, no Fórum Continental sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que tem como principal objetivo fazer um balanço das negociações e uma avaliação dos possíveis rumos da integração continental.

O encontro está sendo promovido pela Rebrip, Fase, CUT e CEDEC e tem o apoio da Aliança Social Continental (rede de centrais sindicais, redes de ONGs nacionais, a ORIT e ONGs das Américas, que nasceu em Belo Horizonte em 1997 e se concretizou em 1998 em Santiago, Chile e que tem promovido mobilizações e debates em paralelo às reuniões ministeriais da ALCA).

Está confirmada a presença do Subsecretário do MRE para Assuntos Econômicos, José Alfredo Graça Lima, principal negociador brasileiro na Alca de nível vice-ministerial, que fará uma exposição sobre o andamento e os rumos das negociações. Também estarão presentes dirigentes do PIT/CNT-Uruguay, CTA-Argentina e CGT-Peru e o economista Gilberto Duppas. Além disso foram convidados também representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), envolvidas como entidades de apoio nos trabalhos da Alca. Também se esperam parlamentares brasileiros e de

outros países, assim como representantes de entidades independentes. Maiores informações podem ser obtidas junto às entidades organizadoras. (*Correio Sindical Mercosul*)

RELAÇÕES EXTERNAS



Itamaraty reage à Bombardier

O Brasil deverá contestar um dos mecanismos oficiais de financiamento à Bombardier, o Canadá Account, caso o governo canadense decida apresentar nova queixa à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a linha do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que beneficia as vendas da Embraer. A ameaça de reinício do conflito foi feita pelo presidente da Bombardier, Richard Greenhill, em entrevista ao Valor. "Não quero comentar essas declarações porque não negocio com a Bombardier, mas com o governo canadense", declarou ontem o embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário do Itamaraty. "Mas, na hipótese de o Canadá reconvocar a arbitragem da organização, vamos contestar a iniciativa e ainda alegar que o Canadá Account não foi reformado, como a arbitragem da OMC havia determinado." (*Valor Econômico, 10.11.00*)

Farmacêuticas dos EUA querem processo contra o Brasil na OMC

As empresas farmacêuticas dos Estados Unidos estão pressionando os diplomatas de Washington para que abram um processo contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). A reclamação é de que a lei de patentes existente no País não está de acordo com as regras internacionais de proteção da propriedade intelectual.

Há cerca de dez dias, um grupo de empresários americanos reuniu-se com funcionários da missão dos Estados Unidos em Genebra pedindo providências para evitar que suas patentes no Brasil fossem supostamente violadas. Patentes - Segundo um representante do setor privado dos Estados Unidos, a norma brasileira inclui o licenciamento compulsório de uma patente, o que representa uma ameaça aos investimentos que as empresas fizeram para desenvolver o produto.

De acordo com a lei brasileira, em caso de emergência nacional, as patentes de remédios que não são produzidos localmente devem ser estendidas a uma empresa que possa fabricá-los no próprio País.

Mas não são apenas os americanos que questionam o sistema de patentes do Brasil. Durante a revisão da política comercial do País, realizada na OMC na semana passada, Canadá e Suíça também pediram explicações sobre o licenciamento compulsório de patentes.

O setor farmacêutico tem sido alvo de um grande número de disputas na organização. Nos últimos três anos, mais de 20 casos foram abertos. A maioria colocando, frente a frente, os países desenvolvidos e as economias periféricas.

Segundo um assessor legal da OMC, embora a proteção à propriedade intelectual seja fundamental para a organização, os países devem reconhecer que não pode haver abusos na utilização das patentes por empresas. (*Estado de São Paulo, 08.11.00*)

Canadá quase implode o grupo de Cairns

O Grupo de Cairns, que reúne 18 países exportadores agrícolas, quase implodiu durante a elaboração de uma proposta de acesso ao mercado que será submetida à Organização Mundial de Comércio (OMC) na próxima semana. O Canadá, que já tinha apresentado sozinho sua própria proposta de abertura dos mercados agrícolas, há três meses, quis agora diminuir o nível de ambição da liberalização que o grupo defenderá na sessão especial de negociação, nos dias 15 e 16 próximos.

A reação foi generalizada e as divergências também aumentaram. Os países em desenvolvimento da Ásia - Filipinas, Malásia, Tailândia e Indonésia -, por exemplo, passaram a encher a proposta de exceções, para proteger seu próprio mercado de aberturas futuras para produtos agrícolas. (*Gazeta Mercantil, 10.11.00*)

Brasil apresentará o bolsa-escola

O Brasil deverá apresentar o projeto Bolsa-Escola como uma proposta contra a marginalização das crianças e adolescentes, durante a X Conferência Iberoamericana, que será realizada na Cidade do Panamá, nos dias 16 e 17 deste mês. No ano passado, em Havana, Cuba, o tema da reunião de cúpula foi a América Latina e a situação financeira internacional numa economia globalizada. Este ano, o tema é a infância e a adolescência. A conferência reúne os chefes de Estado e de Governo de 21 países (todos os latino-americanos mais Espanha e Portugal).

O secretário geral adjunto do Itamaraty, embaixador Bernardo Pericás Neto, disse ontem que o projeto Bolsa-Escola tem despertado o interesse de vários governos de países latino-americanos.

O projeto, criado pelo ex-governador do PT, Cristóvão Buarque 1997, está adotado por muitas Prefeituras no País, com recursos da União, dá ajuda financeira para todos os pais que mantêm seus filhos na escola até a adolescência. (*Gazeta Mercantil, 10/11/00*) (*Correio Sindical Mercosul*)

[regressar](#)



Pistas para el Mundo del Trabajo - una publicación laboral en la web

El Instituto del Mundo del Trabajo —que dirige el sociólogo Julio Gódió, del Frepaso— acaba de lanzar el primer número de su revista electrónica **Pistas para el Mundo del Trabajo**. En su debut, la publicación ofrece notas de autores nacionales e internacionales vinculados a la temática laboral, estadísticas y una agenda de actividades. Se puede acceder a la revista a través de la página web del Instituto: <http://members.nbc.com/imtrabajo>

Fórum Social Mundial

(*artigo de por Kjeld Aagaard Jakobsen - Secretário de Relações Internacionais da CUT – publicado na Agência CUT Notícias, 07.11.00 onde pode ser encontrada a íntegra do texto*)

Nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001 acontecerá em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o I Fórum Social Mundial. A CUT é uma das entidades organizadoras dessa iniciativa. Compõem também o Comitê Brasileiro de Organização: Abong (Associação Brasileira de ONGs); Attac-Brasil; Cives; Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB; Ibase; Justiça Global e MST.

O Fórum foi convocado na esteira das mobilizações contra a globalização neoliberal que têm crescido por todo o mundo desde as massivas manifestações em Seattle, EUA, em novembro de 1999. Sua convocação foi referendada por dezenas de movimentos sociais, ONGs e organizações sindicais de diversos continentes que reuniram-se em junho passado em Genebra, Suíça, para protestar durante a reunião da ONU que avaliou os resultados obtidos após cinco anos da Conferência dessa instituição sobre Desenvolvimento Social. A data escolhida coincide com a da realização do Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, financiado pelas grandes multinacionais como centro internacional de elaboração e difusão das políticas neoliberais. Buscamos assim frisar a contraposição entre ambas iniciativas. (...)

A expectativa da CUT é que compareça ao Fórum uma delegação sindical de peso do Brasil e do mundo.

Mais informações podem ser obtidas na Secretaria de Relações Internacionais da CUT, pelo e-mail sri@cut.org.br ou pelo fax (0xx11) 3272 9610, A/C Gustavo Codas. Mais informações podem ser obtidas no site do fórum: <http://www.worldsocialforum.org>

Mulheres do Mercosul

Reuniram-se em Santo André, nos dias 25, 26 e 27 de outubro, para discutir e aprender como os recursos da Internet podem potencializar o trabalho das questões de gênero em rede. No encontro para "Fortalecimento da Unidade Temática Gênero e Município da Rede

Mercocidades”, representantes de Santo André, Belo Horizonte, Porto Alegre, Assunção, Buenos Aires, Mar del Plata, Montevideu, Resistência e Rosário participaram de um workshop sobre novas tecnologias de comunicação e informação. Enquanto os especialistas convidados Rodrigo Assumpção (sampa.org) e Angela Guimarães (Documentar) cuidaram do conteúdo prático/instrumental, Jorge Sampaio (e-channel) e José Carlos Vaz (Instituto Pólis) discutiram o acesso à Internet e as possibilidades que ele abre para o exercício da cidadania e a política transparente, trazendo experiências e idéias para utilização da rede mundial de computadores por municípios.

Próximas atividades

Curso sobre uso dos recursos da internet pelos sindicatos (Escola Sindical CUT São Paulo), dia 16 de novembro.

Seminário internacional sobre reformas da legislação trabalhista no Mercosul, dia 21 de novembro em São Paulo. (ILDES, em <http://www.fes.org.br/>)

[regressar](#)

